

“Quem é soberano no ciberespaço?” Entrevista com Raquel Recuero

Jamir Kinoshita

Doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Orientador pedagógico na Unicid.

E-mail: jamir.kinoshita@alumni.usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4771-9181>.

Resumo: Raquel Recuero é professora da Universidade Federal de Pelotas, onde coordena o Laboratório de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais. É também pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2025, ganhou o prêmio Pesquisador Gaúcho da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Foi vice-presidenta da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e consultora do Google. Nesta entrevista¹, trata de desinformação, da necessidade de normas para uso das redes sociais, da presença da inteligência artificial e do aparelho celular nos processos educacionais e sobre soberania digital.

Palavras-chave: desinformação; educação; empresas de plataformas; soberania digital; redes sociais.

Abstract: Raquel Recuero is a professor at the Federal University of Pelotas, where she coordinates the Media, Discourse and Social Network Analysis Research Laboratory. She is also a researcher in the Postgraduate Programme in Communication at the Federal University of Rio Grande do Sul. In 2025, she won the Gaucho Researcher Award from the Rio Grande do Sul State Research Support Foundation. She was vice-president of the National Association of Postgraduate Programmes in Communication and a consultant for Google. In this interview, she discusses misinformation, the need for rules for the use of social networks, the presence of artificial intelligence and mobile devices in educational processes, and digital sovereignty.

Keywords: misinformation; education; platform companies; digital sovereignty; social networks.

¹ A entrevista contou com participação da assistente editorial Letícia Lima Menon. E-mail: leticiamenon@usp.br.

Recebido: 10/11/2025

Aprovado: 11/11/2025

1. INTRODUÇÃO



Fonte: Arquivo pessoal.

Quando se fala em desinformação em redes sociais, um dos principais nomes brasileiros lembrados pelos estudos sobre o tema é o de Raquel Recuero. E ela é bem direta na crítica de como esse mecanismo opera nos dias atuais: “A desinformação como a gente conhece hoje acontece além da fofoca da esquina. Só existe porque há as plataformas [digitais], que proporcionam os meios, as condições para que a desinformação exista e se propague”.

Partindo do pressuposto de que os algoritmos geram *poluição informatacional*, a pesquisadora, que é graduada em Comunicação Social e em Direito pela UFPel, enfatiza a responsabilidade das empresas de plataforma sobre os conteúdos veiculados diariamente. Para tanto, evoca a relevância da soberania nacional, que retornou à voga devido à taxação imposta ao Brasil pelos Estados Unidos, para reforçar a necessidade de se regulamentar a atividade dessas grandes corporações.

“Elas não podem ter um regramento próprio, precisam estar submetidas à lei brasileira como qualquer negócio e qualquer pessoa que atue no território nacional. Não é justo as pessoas que têm seus negócios terem que se submeter a certas leis e as plataformas, que são muito maiores, não”, pontua.

Em um mundo altamente tecnológico, Raquel Recuero aponta que mais do que limitar a utilização da inteligência artificial (IA) e do aparelho celular nos processos educacionais, é preciso discutir e preparar a sociedade, especialmente a população mais jovem, para o uso desses instrumentos no dia a dia, de modo

que as pessoas passem a compreender o que significa estar online e ter perfil em plataforma de mídia social. "A IA pode ajudar [em várias questões], mas precisamos ser o ator, e não deixar que ela tenha protagonismo", diz.

Integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI) e do comitê de assessoramento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Comunicação, ela não tem dúvidas quanto ao papel da ciência para o futuro da nação: "É a única maneira que temos de gerar conhecimento e crescer tecnologicamente. É na ciência que se cria tecnologia, resposta para problemas complexos, estratégias para conseguir vencer os desafios do país." Por isso, reitera a preocupação com a destinação de recursos para o setor. "Isso ainda falta para muitos governos e governantes: se dar conta do quanto relevante é o investimento em ciência", afirma.

Comunicação & Educação: No começo dos anos 2000 você estudou, no mestrado, as comunidades virtuais com base na mediação da comunicação pelo computador, estabelecendo uma relação com a sociabilidade. No doutorado, propôs uma tipologia para essas comunidades. Desse período até os dias atuais, qual é a sua avaliação das mudanças ocorridas no mundo virtual face ao forte processo de datificação e de plataformização?

Raquel Recuero: Quando comecei a estudar, tinha um ecossistema de ferramentas que era muito maior: coisas que eram universitárias, públicas e de pequenas empresas. Hoje há grandes conglomerados que dominam toda a comunicação digital, uma mudança gigante em direção a uma capitalização dos dados pelas plataformas. Quando comecei a estudar, essas ferramentas eram sediadas em vários espaços, tinha vários servidores, uma estrutura muito mais distribuída. Hoje tem estruturas muito centralizadas, cruzamento de dados numa escala muito maior, os quais vão ser usados para comercialização de publicidade, anúncio e a própria valorização das plataformas. A gente mudou o foco, que era muito mais o social, no sentido de se ter um espaço de cooperação, diálogo, construção, para um puramente comercial, onde o sonho das pessoas é ser influenciador. Não é estar na internet para conhecer coisas e pessoas novas e explorar interesses específicos.

C&E: Você atuou no Google nos Estados Unidos e na Índia. Como foi essa experiência e de que forma ela acaba contribuindo nas pesquisas que você tem realizado?

RR: Trabalhei como consultora para duas grandes pesquisas de adoção de ferramentas, ou seja, que sentido social fazia para as pessoas a adoção de ferramentas de comunicação, que eram ainda embriões numa época em que se tinha muitos espaços de interação e plataformas. A gente estudava o aspecto cultural dessa apropriação. A adoção na Índia é completamente diferente da que ocorre no Brasil. Lá era muito mais forte essa questão da privacidade.

Usavam muito menos fotos porque existia toda uma preocupação. No Brasil era outra história: usavam-se muito mais fotos, mais inscrições pessoais. Nessa época, o objetivo era muito mais entender como as pessoas usavam e como se poderia aperfeiçoar as ferramentas do que efetivamente monetizar. A ideia de criar valor em cima das interações, da interação virar um capital para a empresa é algo mais recente. A gente tem uma apropriação do capitalismo de uma maneira muito selvagem em cima do social, que era o que o capitalismo não conseguia se apropriar. Agora, consegue se apropriar e criar valor em cima das interações sociais, da imagem das pessoas. É uma alienação do trabalho completamente diferente que se tem hoje. A perspectiva era muito diferente porque o campo tinha muito mais empresas. O Twitter estava começando, era uma empresa que tinha outro modelo de comunicação diferente, por exemplo, do Orkut. Queria se entender esses diferentes modelos, como geravam valor para as pessoas, contribuíam para as comunidades. Havia uma visão muito mais utópica. Tinha até aquela ideia do *no harm, não faça mal*. Havia um viés maior da ideologia californiana, da tecnologia como algo libertador e não escravizador. Viramos para um lado muito pior, onde o capital fala mais alto e, com isso, há milhares de problemas novos que não existiam antes. Essa ideia de usar a tecnologia como mediador social para aproximar as pessoas meio que já foi. Caiu por terra.

C&E: Qual é a sua análise do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente²?

RR: É uma lei muito maior para os adultos no sentido de prever questões que já deveriam ser ilegais. De novo é aquilo: parece que as pessoas perdem o bom senso. Coisas que já não se permitia antes, estamos tendo que dizer de novo: *Olha só, não pode fazer isso, não pode publicar foto de criança sem autorização*. Quando é que se pode publicar foto de criança sem autorização em qualquer lugar? Costumava dizer para os meus alunos que se essa é uma foto que você não vai imprimir e botar na frente da sua casa para todo mundo ver, ela não tem que estar na internet. Não tem que estar pública para as pessoas verem, pois você não sabe quem é esse público. A grande questão, e essa é uma tecla que se bate sempre, é que falta educação. As pessoas não têm noção, não percebem a internet como a metáfora do teatro: onde elas estão em cima do palco só enxerga quem está na primeira fila. Mas o teatro é muito maior e você não enxerga quem está lá no fundo. Não sabe quem são essas pessoas, quais são suas intenções, o que elas procuram. São questões complicadas porque as pessoas não têm clara a ideia do que significa estar online, do que é deixar esses rastros digitais, do tempo que isso persiste e do quanto os rastros podem voltar para assombrar alguém na vida futura. Precisamos de legislação, mas sobretudo de educação. Precisamos que os adolescentes e as crianças sejam educados para estar na internet, porque isso é inexorável. Precisamos fazer esse debate. *Meu filho está com o celular gravando uma dançinha para botar no TikTok*, mas ele sabe o que isso significa? Tem uma discussão inclusive com os pais, que também

² A lei federal 15.211/2025, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, amplia a proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para o ambiente online, com a fixação de regras para plataformas, aplicativos e fornecedores de tecnologia. A íntegra da norma pode ser consultada em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/lei/L15211.htm.

não sabem, acham bonitinho. *É a família que vai ver*, mas não é só a família porque está público. Isso precisa de um trabalho de educação, principalmente.

C&E: Não chega a ser irônico que a lei tenha surgido a partir de denúncia de um jovem influenciador³ e de dentro da própria rede social, sem qualquer tipo de monetização e que isso tenha furado a própria bolha de seguidores dele?

RR: Já havia investigações no Ministério Público dos casos apresentados. Mas só quando gera uma comoção popular é que existe uma mobilização mais forte. Acho, sim, que é irônico, mas por outro lado é a cara dessas tecnologias de hoje. A gente tem exatamente esse ponto e o contraponto, a ruptura do discurso dentro do próprio espaço onde esse discurso é constituído e legitimado.

C&E: Como você avalia a criação da Agência Nacional de Proteção de Dados⁴? É possível esperar a fixação de regras mais precisas aos conteúdos veiculados nas grandes plataformas sociais? A LGPD⁵ já não era suficiente para dar conta dessa situação?

RR: A legislação sempre depende da interpretação dos juristas, de como ela se aplica e como vai ser compreendida. Temos hoje um problema essencial da soberania brasileira. A noção do Estado é intrinsecamente conectada com a de soberania, ou seja, um Estado precisa de um território onde ele tem o poder e, portanto, é soberano nesse território. A questão é quem é soberano no ciberespaço? Não é um espaço, não é um território. A legislação brasileira tem poder no território brasileiro. O que acontece? Essas plataformas não estão no Brasil. Não são entidades brasileiras. Como a gente regula sobre dados que estão no espaço digital, que são produzidos e armazenados em lugares diferentes do mundo? Como o Brasil regula isso? Essa é a grande questão. Precisamos de tratados de regulamentação internacionais para que se tenha efetividade. Porque até a gente consegue fazer legislação que tenha validade no Brasil, mas o que a plataforma faz? Ela sai do país, não tem mais escritório aqui. E aí? Qual é a opção? Tirar a plataforma, proibir que ela funcione? Precisamos de mecanismos mais eficazes. Essa discussão sobre o regramento de plataforma não é só nacional, deveria ser também internacional. A Meta, por exemplo, é o maior país do mundo, se formos contar o número de perfis como número de pessoas. Como se faz a Meta obedecer a uma regulamentação do Brasil? É preciso uma regulamentação internacional, um tratado que vá fazer com que a empresa se adeque a certos princípios éticos e morais, que são humanos. Só o Brasil regrar não adianta. A gente sofre pressões. Toda vez que se vai discutir regramento de plataforma, vem pressão internacional, das próprias plataformas. Isso não é do interesse delas. Porque regular plataformas em diferentes países significa muito dinheiro para adequar a cada nação. E, obviamente, não se tem nenhum interesse nisso.

3 O Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, também conhecido como Lei Felca, foi aprovado e sancionado após grande repercussão de vídeo de alerta sobre os riscos da exposição abusiva de crianças, veiculado pelo youtuber Felipe Bressanim Pereira, reconhecido pelo nome artístico Felca. O documentário está disponível no link <https://youtu.be/FpsCzFGL1LE>.

4 A Agência Nacional de Proteção de Dados, criada pela Medida Provisória 1.317/2025, assume o lugar da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Com status de agência reguladora, tem independência decisória, previsão orçamentária específica e estrutura institucional definitiva. Assim, o Brasil se alinha à comunidade internacional e passa a ser reconhecido pela União Europeia quanto à proteção de dados. Para saber mais, consultar o link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2025/Mpv/mpv1317.htm.

5 Trata-se da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei federal 13.709/2018), voltada ao tratamento de dados pessoais dispostos em meio físico ou digital. A íntegra da norma pode ser verificada no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm.

C&E: Como você analisa a discussão da regulamentação das redes sociais no Brasil e nos outros países? Há um avanço nesse ponto?

RR: Muito pouco. O Brasil avança muito pouco. Toda vez que se tenta iniciar essa discussão, há um trancamento, uma interposição de forças de fora do país. O Brasil não consegue regrar a plataforma de modo adequado.

C&E: Desinformação é um dos seus temas de pesquisa. Como entender isso no contexto da datificação e da platformização e face às transformações vivenciadas pelo jornalismo?

RR: A desinformação como a gente conhece hoje é uma coisa massiva, em larga escala, que acontece além da fofoca da esquina. Ela só existe porque há as plataformas, que proporcionam os meios, as condições para que a desinformação exista e se propague. As plataformas monetizam em cima da desinformação. Não é que não tivesse desinformação antes. Mas era muito diferente numa eleição chegar na minha sessão e ter um monte de página mimeografada com bobagem de um candidato espalhada pelo chão e eu estar sendo ativamente acertado com desinformação em todos os canais de mídia social que uso contra esse mesmo candidato. Eu não tenho como sair dessa desinformação. Ela vai me atingir de qualquer maneira e, nessa escala, tem efeitos péssimos sobre as pessoas. Aquilo que vem online é muito difícil dizer o que é verdadeiro, o que não é, porque qualquer um cria um perfil e fala o que bem quiser. Tem várias questões imbricadas e a responsabilidade das plataformas sobre isso é inegável. A questão do jornalismo é diferente. Trata-se de um elemento necessário das democracias liberais modernas. Ele faz a mediação entre as comunidades, as pessoas e o Estado. Atua na cobrança e mediação no sentido de mostrar para os grupos e o Estado quais assuntos são relevantes. O jornalismo vai desenhar o espaço social, a hierarquia dos conteúdos sociais que são importantes. As pessoas nas plataformas recebem o quê? Aquilo que chama atenção. O que chama atenção? Entretenimento, coisas que me interessam, que acho engraçadinho. Isso é o que chama a minha atenção, o que vejo mais tempo. Isso não é necessariamente o que preciso saber para ser cidadão. O jornalismo não traz o que tu queres ver, mas o que tu precisas saber. Nas plataformas, tu só vês o que tu queres. É óbvio que muita gente não quer ver certos conteúdos. *Ah, eu não quero saber de desgraça porque eu já estou de saco cheio, não quero mais saber nada de guerra.* Aí eu não assisto e a plataforma não me mostra, só que isso vai me alienando. O jornalismo é um mecanismo de informação totalmente diferente do algoritmo das plataformas, que quer ganhar dinheiro em cima da minha atenção, me mostrando qualquer coisa que chame a minha atenção. Mas isso não é o que preciso saber. O que eu preciso saber precisa chegar em mim, é interesse do Estado que eu saiba que tem uma campanha de vacinação no Rio Grande do Sul porque tem surto de meningite em várias cidades, que têm uma cobertura inferior a 38%. *Ah, mas eu não quero.* Não importa, eu preciso receber esse conteúdo. E isso é o jornalismo. É impossível o jornalismo concorrer com a

lógica da plataforma porque são lógicas absurdamente diferentes. A plataforma funciona como se eu tivesse uma escola, as crianças entrassem nela e estudassem só o que elas querem. *Ah, eu quero só jogar futebol todo o tempo.* Beleza, só que na vida real a criança tem que estudar Matemática. Eu não gosto de Matemática, mas é preciso estudar. Eu não gosto de Português, mas é preciso estudar. Há uma diferença entre o que me distrai, que me chama a atenção e aquilo que eu preciso. A plataforma não está nem aí para o que preciso. Não estão no mesmo nível o jornalismo e o conteúdo das plataformas. Para tu conseguires receber um bom conteúdo nas plataformas, tens que fazer uma busca ativa, assinar e, mesmo assim, a plataforma vai ficar te mostrando as bobagens no meio. Vai ficar te mostrando lá, porque a tua rede gosta de assistir a vídeo de criança dançando no TikTok, mesmo que tu não sigas. O algoritmo funciona para a poluição informacional mesmo.

C&E: Até que ponto a sociedade está realmente preparada para compreender a desinformação e combatê-la? Há chance de reduzirmos o estágio de desinformação que vemos nos dias de hoje? De que maneira?

RR: Desinformação, primeiro, precisa que as pessoas entendam o que significa informação, conhecimento e o que é opinião. Precisamos trabalhar com instituições que vão ter a sua legitimidade reconhecida para dizer às pessoas o que elas têm que prestar atenção. Só que, nesse momento histórico que a gente está, há instituições, autoridades que têm credibilidade dizendo bobagem. Principalmente fora do Brasil, agora, tem péssimas informações sobre saúde pública, vacinação, que são ditas por autoridades. De onde saiu isso? Só Deus sabe. Quando a gente chega nesse nível, tem institucionalização da desinformação. Há um descrédito das instituições, da própria democracia. Quem eu escuto? Quem está interessado no meu bem-estar? Há um rompimento do pacto social onde o Estado tem que promover o bem-estar das pessoas. O Estado quer promover seus próprios interesses, então que democracia é essa? Para onde vai? Então, a desinformação se torna institucionalizada, se torna a tática de poder.

C&E: Em que medida a ideia de engajamento nas redes sociais roubou o espaço do conceito de participação social?

RR: A ideia de engajamento não tem nada a ver com participação. Engajamento é o tempo que consigo capturar tua atenção ou te influenciar para tomar uma atitude. Participação é algo que preciso fazer. Por exemplo, eu preciso votar, então preciso participar das decisões da pôlis, entender o meu papel, o que as plataformas podem contribuir para isso, o conteúdo que está ali, que tipo de conteúdo eu preciso. Engajamento é o sequestro da atenção, que pode ser em algum conteúdo que funcione para mim ou não. As métricas de engajamento simplesmente significam quanto tempo ou quantas interações a pessoa fez no meu conteúdo para que isso seja monetizado. Não significa necessariamente que esse conteúdo é bom, recomendável ou democrático. Pode ser qualquer tipo de conteúdo, inclusive desinformação. Uma coisa é o que a

gente precisa saber para ser cidadão, outra é o que gostamos de saber porque nos fazem sentir bem, capturam a nossa atenção ou a gente acha interessante e relevante. Engajamento fala diretamente para o capital, capitalizar em cima da atenção de alguém.

C&E: Nas redes sociais percebe-se a dificuldade em dissociar o tempo de lazer, de entretenimento, do tempo profissional, dedicado a produzir conteúdos sobre o trabalho. Até que ponto a falta dessa delimitação contribui para a finalidade das redes sociais?

RR: Não há uma oposição entre conteúdo profissional e de entretenimento, porque o conteúdo de entretenimento pode ser profissional. Muita gente monetiza com conteúdo de humor. Essas pessoas usam as plataformas como instrumentos profissionais. Muita gente monetiza falando, por exemplo, médicos falando sobre assuntos de Medicina. A questão não é se o conteúdo é profissional ou não. São conteúdos que capturam a atenção, mas eu não sei nem se podemos falar que todos são entretenimento, porque às vezes não são, apenas geram curiosidade. Às vezes a gente nem quer ver, mas acaba vendo sem querer.

C&E: Sabemos que as plataformas digitais capturam todos os dados de quem as usa, inclusive as sensações do corpo frente à tela do computador, do notebook e do aparelho celular e que isso serve para monetização. Se as empresas de plataformas fazem tudo isso, como e por que elas não realizam a moderação de discursos de desinformação e de ódio? Até quando vai prevalecer esse *nonsense* intencional por parte das plataformas?

RR: Entendo que há uma dificuldade operacional de que nem todo conteúdo que é ilegal no Brasil seja ilegal em outros lugares. Temos sociedades com culturas, legislações diferentes, sociedades que são mais conservadoras, em que certos conteúdos não são permitidos, e outras em que são. Fora limites muito extremos, temos zonas no meio que são bastante cinzentas com relação à moderação de conteúdo. As plataformas se baseiam muito na ideia americana de liberdade de expressão e isso é o mais importante no mundo. Só que na maior parte das democracias, a liberdade de expressão é um direito limitado por outros direitos. Não é um direito absoluto porque é o princípio óbvio do Estado de Direito. O meu direito acaba onde começa o direito do outro. Se o meu direito é absoluto, o direito de mais ninguém vale nada. Tem algumas questões que são complicadas, há relações culturais que têm a ver com conteúdos específicos. Isso dificulta realmente a moderação de conteúdo. Porém, as plataformas precisam ter medidas melhores porque mesmo nos extremos, elas não conseguem fazer essa moderação, seja por falta de vontade, de investimento porque não existem mais equipes de moderação. Muitas das equipes já foram desfeitas. Muitos dos

investimentos em checagem de fatos foram desfeitos recentemente. Isso faz com que o espaço seja cada vez mais caótico para a geração de conteúdo. As pessoas dizem: "Ah, mas a checagem não funciona." Ela funciona, sim, mas sozinha não dá conta do negócio. Ela já desestimula o compartilhamento de informação porque está lá marcado que pode não estar correta. A pessoa vai, dá coceirinha no dedo. *Meu Deus, preciso mandar para todo mundo.* Ela pensa duas vezes porque não quer que aquele conteúdo afete a sua reputação. Ela vai ter certo cuidado quando o conteúdo já está marcado. Mas a gente tem outras forças aí por trás, questões geopolíticas que são bastante importantes nessa delimitação. Não sei se é intenção das plataformas, mas olhando de fora, a gente se pergunta por que medidas que são bastante simples não são tomadas.

C&E: Anteriormente se pensava o processo de comunicação e educação pelo uso adequado do rádio e da TV. Inclusive se atrelava isso a um processo educacional que colaborava para prevenir a violência nas escolas. Como pensar a relação comunicação/educação nos dias de hoje diante do cenário das redes sociais, com a desinformação e a propagação de discursos de ódio, ainda mais se, por vezes, o debate fica em torno da utilização do aparelho celular em sala de aula?

RR: O uso do celular é dado. Posso dizer que não é para usar na escola, mas os alunos vão continuar usando fora de lá. O uso de IA é dado. Posso dizer que não quero que use, mas as pessoas vão continuar usando. Então, qual é o caminho do menor dano? É discutir e preparar as pessoas, especialmente as mais jovens, para o que significa estar online, usar essas ferramentas, ter perfil em plataforma de mídia social. Eu chegava para os meus alunos, às vezes, e fazia experimentos. *Digitem o nome de vocês no Google, perguntam o que o Google sabe sobre vocês.* Eles ficavam, muitas vezes, extremamente surpresos, porque não lembravam que certos rastros que deixaram no passado, quando eram muito mais jovens, continuavam lá. *Nossa, mas como isso está aqui ainda? Eu não quero mais, mas não sei mais a senha, não sei onde é que está.* O que é isso? É educação. Todas as pessoas, mas principalmente os jovens, não olham no longo prazo, a gente está olhando no presenteísmo, na vantagem que tem agora, e não percebe o tempo em que esse perfil vai ficar no ar. Por isso a educação é importante. A gente precisa conscientizar as pessoas para que tenham espírito crítico para usar essas ferramentas e entendam quais são os impactos disso em suas vidas. Não estou dizendo que não é para usar porque se dissermos *não usem*, aí é que o negócio degringola. Precisamos ter noção das vantagens e dos danos, entender o que significa usar isso ou aquilo, precisa ter esse debate. A educação é importante não para dizer o que as pessoas devem ou não fazer, mas no sentido de debater e mostrar efeitos, problemas e vantagens que as pessoas, às vezes, não perceberam no seu uso cotidiano.

C&E: Como pensar um processo de educação digital nos dias de hoje com a presença do ChatGPT e outras técnicas de IA?

RR: Podemos usar qualquer ferramenta, desde que a gente se aproprie dela e não a use como um sujeito que só está fornecendo dados e não a esteja usando de maneira crítica. Isso funciona para todas as ferramentas. As de IA conseguem melhorar muito certos processos que são mais mecânicos. Ao mesmo tempo, trazem dilemas éticos de uso de recursos naturais, de que se eu usar isso estarei substituindo a mim mesmo. Temos que nos apropriar, entender como o negócio funciona, aprender como usar da maneira que me beneficie enquanto sujeito e não a IA em si. A ideia não é beneficiar a IA, é beneficiar o sujeito. O grande problema dos LLMs⁶ é que eles dão um pulo a cada seis meses e não conseguimos acompanhar. Muitas entidades têm discutido o uso ético de IA, mas esse uso não vai ser o mesmo daqui a seis meses, porque teremos um outro pulo. Por outro lado, nem tudo é caos. Há muitas questões positivas como o uso da IA em questões de acessibilidade. Por exemplo, alunos que não conseguem ler o texto porque não enxergam e a IA lê esse texto. Há questões mais complexas que precisam ser debatidas. A IA pode ajudar, mas precisamos ser o ator, e não deixar que ela tenha protagonismo.

C&E: Por um período, a ideia da tecnologia nas escolas estava atrelada a disponibilizar computadores, notebooks e tablets para uso dos alunos. Com os nativos digitais, que já dominam logo cedo as novas tecnologias, como fica a relação entre educação e tecnologia?

RR: É mais importante a questão da discussão do acesso à tecnologia do que o acesso em si. Me parece cada vez mais necessário que sejam feitos esses debates dentro das escolas. Do que é o acesso à tecnologia e o que é usar a tecnologia em si. Idealmente, em todas as escolas, deveríamos ter acesso a ferramentas tecnológicas para que os alunos consigam experimentar e criar repertórios de como se apropriar daquela tecnologia, até para o seu futuro profissional. A tendência é que eles tenham esse letramento digital para conseguirem um espaço profissional melhor. Mas há limitações no sentido de verba, de estrutura física para que se tenha isso nas escolas.

C&E: Como os professores devem lidar com a questão da tecnologia e, especificamente, das redes sociais dentro do processo pedagógico de formação dos estudantes?

RR: Precisamos ter seminários de formação dos professores porque ninguém nasce sabendo, não é um conhecimento adquirido por osmose na humanidade. Precisamos fazer esse debate sobre as implicações, inclusive as questões de trabalho, porque o professor não é um escravo que tem 24 horas por dia disponível em qualquer espaço. As relações de trabalho são reguladas pela legislação. O uso do WhatsApp, das próprias redes sociais, o que ele pode ou não fazer,

⁶ Sigla para Large Language Model, que é um sistema de IA treinado com enormes volumes de texto para entender, gerar e mobilizar a linguagem humana para a realização de tarefas como tradução, resumo e respostas a perguntas.

o que é recomendável ou não, são discussões que precisam ser feitas, inclusive na formação do professor, que muitas vezes nem pensa sobre isso, porque ele também não tem tempo. A profissão do professor demanda muito mais do que o tempo pelo qual ele é pago. É uma questão central debater o papel dessas tecnologias no exercício das diferentes profissões porque podem ser aliadas, mas também muito problemáticas para a vida da pessoa, que merece ter seu espaço de lazer respeitado. A maior parte dos professores reclama muito do uso dessas plataformas porque acabam recebendo demandas das escolas, dos alunos a qualquer horário. Se cobra que a pessoa leia e-mail fora do horário comercial, que responda o WhatsApp quando não está trabalhando.

C&E: Você tem uma extensa e consistente carreira acadêmica. Nesse aspecto, acredita que as universidades estejam preparadas para lidar com a desinformação, a datificação e a plataformização?

RR: Há uma discussão muito importante sobre isso no Brasil. É menos uma questão de estar preparado, e sim do debate que é feito nas instituições acadêmicas. De modo geral, as instituições acadêmicas brasileiras têm feito essa discussão. Os pesquisadores têm trazido essas questões para o debate. O Brasil não deve para nenhum centro de pesquisa internacional a maior parte dos debates que são feitos. Em muitos casos, somos precursores, tanto que vários dos nossos pesquisadores acabam sendo contratados para trabalhar fora e não voltam mais ao país, o que é uma tristeza. Formamos as pessoas, tornando-as especialistas e elas vão embora porque não conseguimos reter esse conhecimento. Dentro da universidade esse debate já existe. O problema é que precisa sair da universidade, ir para outros espaços, ser apropriado pelas instituições. Veja o trabalho da Roseli [Fígaro] na USP sobre as questões de trabalho⁷, que são abordadas profundamente. Ficamos debatendo como se ninguém nunca tivesse falado sobre isso antes. Os pesquisadores e grupos de pesquisa fazem trabalho de divulgação científica para levar o conhecimento para fora das universidades. Mas, às vezes, parece que o que vem de fora é mais sedutor, de modo que as pessoas se baseiam naquilo que diz alguém que veio dos Estados Unidos, e não no que está sendo produzido dentro do próprio Brasil, que aliás tem muito mais qualidade para um contexto específico.

C&E: Você faz parte do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais⁸. Gostaria que comentasse um pouco sobre sua participação nesse grupo a partir da questão da soberania digital.

RR: Falar sobre soberania hoje, é impossível não falar de soberania digital. O Estado brasileiro perde poder quando começa a ter influência externa, que consegue entrar e mudar cabeças no país a partir das plataformas, influenciando as pessoas, inclusive, para decisões erradas. Há influência, por exemplo, de grupos que se reúnem para causar caos eleitoral, atrapalhar negociações e

⁷ As pesquisas do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), coordenado pela Prof. Dra. Roseli Fígaro podem ser conferidas no site <https://comunicacaoetrabalho.eea.usp.br/>.

⁸ O INCT-DSI, que tem apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é um centro científico composto por pesquisadores nacionais e internacionais. Seu objetivo é analisar e propor políticas públicas para combater a desinformação e estudar a circulação de informações em plataformas digitais, algoritmos e dados.

até ações terroristas online. Têm muitos grupos extremistas no Brasil que são alimentados por plataformas, vários eventos de violência nas escolas por pessoas que foram formadas por discussões e grupos nas plataformas. São coisas que o Brasil precisa dizer: *Olha, isso aqui não é bom, a gente não quer*. Isso é uma questão de soberania, no sentido de se debater se a lei brasileira precisa valer para as plataformas também. Elas não podem ter um regramento próprio, precisam estar submetidas à lei brasileira como qualquer negócio e qualquer pessoa que atue no território nacional. Não é justo as pessoas que têm seus negócios terem que se submeter a certas leis e as plataformas, que são muito maiores, não. A soberania é no sentido do próprio interesse da sociedade. Qual Brasil a gente quer? Quais são os problemas que podemos evitar? O que é crime para qualquer brasileiro também tem que ser crime quando está na internet. Não faz sentido. É um pouco a questão da exploração infantil. É uma coisa óbvia. Não é porque está na internet, dentro de uma redoma onde nada de ruim pode acontecer, porque estou protegido, porque aqui é o território de ninguém. Tem que ter a lei, que funciona para todo mundo. Esse é o princípio do Estado.

C&E: Você integra o comitê de assessoramento do CNPq na área de Comunicação. Qual é a sua análise dos órgãos de fomento à pesquisa em relação a esse campo de conhecimento e, mais precisamente, sobre as discussões do mundo digital?

RR: Há muito interesse, percebe-se o crescimento, a influência dessa área em discussões que são extremamente relevantes para o Brasil. Por outro lado, também tem um certo sucateamento dos órgãos de financiamento da ciência no país e isso, infelizmente, tem persistido, embora com algumas melhorias. É algo que precisamos nos preocupar. Ciência é a única maneira que temos de gerar conhecimento e crescer tecnologicamente. É na ciência que se cria tecnologia, resposta para problemas complexos, estratégias para conseguir vencer os desafios do país. Se a gente não investe em ciência, não tem como chegar nessas soluções porque nenhuma solução externa vai ser tão boa quanto aquela que é criada no espaço contextual de quem está envolvido e percebe as idiossincrasias da questão, os detalhes, as contradições. Isso ainda falta para muitos governos e governantes: se dar conta do quão relevante é o investimento em ciência e a destinação orçamentária para a ciência, que tem sido, infelizmente, cada vez menor.

C&E: Quais são as novidades suas em termos de pesquisa e, quem sabe, de lançamento de novos livros?

RR: Lancei o livro de desinformação⁹, que é o resultado de toda uma discussão que já vinha acontecendo há bastante tempo. Organizamos um seminário de desinformação e clima no Rio Grande do Sul porque a região Sul tem sido muito atingida por eventos climáticos extremos, que têm se tornado

⁹ Trata-se da obra A rede da desinformação – Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais.

muito comuns. Essa é uma discussão muito importante que a gente precisa fazer e se preparar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. Brasília: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.317, de 17 de setembro de 2025. Brasília: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Mpv/mpv1317.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

FELCA. Adultização. **Youtube**, 6 ago. 2025. 49min38s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FpsCzFGL1LE>. Acesso em: 10 out. 2025.

RECUERO, Raquel. **A rede da desinformação** – Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais. Porto Alegre: Editora Sulina, 2024.